



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE
Coordenação de Apoio Administrativo

OFÍCIO Nº 70/2022/SEESP/SNELIS/GAB/COAAD/MC

Brasília, 28 de setembro de 2022.

Ao Senhor

EDILSON MORAES

Presidente

Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesas - Kung-Fu/SP

Avenida Marari, 73, Sala 1, Vila Marari

CEP 04402-010 - São Paulo/SP

kungfufpkt@hotmail.com

Assunto: Orientações prévias para execução do Termo de Fomento.

Senhor Presidente,

1. Com referência ao Termo de Fomento nº 929084/2022, celebrado entre este Ministério e a Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesas - Kung-Fu/SP, que tem por objeto a “Implementação e Desenvolvimento do Projeto Treinando kung-Fu no município de São Paulo/SP”, prestamos as seguintes informações:
2. A Lei 13.019/2014 e o Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, regulamentam o regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Federal e as Organizações da Sociedade Civil – OSC e demais normas constantes do termo assinado entre as partes.
3. Conforme preconiza o artigo 5º da Lei nº 13.019/2014, o regime jurídico das parcerias celebradas entre o Setor Público e as Organizações da Sociedade Civil – OSC, tem como fundamento a gestão democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia.
4. Todos os procedimentos requerem o gerenciamento de forma plena e integrada na Plataforma +Brasil, dos quais destacamos: cotação prévia, contrato, pagamento, ingresso de recursos, aplicação financeira, ajuste de plano de trabalho, termo aditivo, relatório de execução, dentre outros.
5. Constatada a liberação do recurso financeiro por este Ministério da Cidadania, na conta corrente específica da parceria, caberá a entidade providenciar a aplicação em caderneta de poupança conforme estabelecido no § 2º, do art. 33, do Decreto Nº 8.726, de 27 de Abril de 2016.
6. Caberá, ainda, providenciar as aquisições e contratações de bens e serviços em consonância com o pactuado no Plano de Trabalho, por meio dos processos de compra, que poderão ser realizados de forma eletrônica na Plataforma +Brasil ou utilizar-se dos procedimentos de contratação adotados pela entidade.
7. Ressalta-se que a entidade deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços: notas, comprovantes fiscais ou recibos com datas, valor, nome e número do CNPJ da OSC e do CNPJ ou

CPF do fornecedor ou prestador de serviço.

8. Assim, após a conclusão dos processos de compra, caberá a entidade comprovar por meio de registro fotográfico os itens adquiridos conforme pactuados no Plano de Trabalho, bem como oficializar a esta Unidade Gestora o início do atendimento aos beneficiados e a relação dos profissionais contratados.

9. Com referência à identificação e divulgação, se houver, será necessário o envio da arte para aprovação da Assessoria de Comunicação, por meio do endereço eletrônico: publicidade.cgce@cidadania.gov.br.

10. No mais, esta Unidade Gestora orienta que todas as fases, ações e materiais/serviços adquiridos/contratados para a realização do objeto pactuado deverão ser fotografados e/ou registrados de modo a viabilizar o acompanhamento da parceria, conforme relatórios de execução a serem solicitados por esta área técnica.

11. Portanto, as ações de acompanhamento e monitoramento para fins de avaliação da execução da parceria, contemplarão a análise das informações/documentos constantes na Plataforma +Brasil, a presteza quanto ao atendimento às demandas/solicitações, consulta às movimentações da conta bancária específica e análise dos relatórios encaminhados pela entidade.

12. Por fim, informamos que esta área técnica está à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários por meio da Plataforma +Brasil, ou ainda, por meio eletrônico astap@cidadania.gov.br.

Atenciosamente,

SUZANA GONÇALVES LARANJA

Chefe de Gabinete

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Gonçalves Laranja, Chefe de Gabinete**, em 28/09/2022, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **13023632** e o código CRC **8EE9DB6B**.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2022 - UASG 550007

Nº Processo: 71000.069998/2022-29.
Inexigibilidade Nº 2/2022. Contratante: MINISTÉRIO DA CIDADANIA.
Contratado: 00.360.305/0001-04 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Objeto: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços para a emissão em massa de cartões do programa auxílio brasil - pab, com a tecnologia de chip de contato, a serem entregues aos beneficiários que recebem benefícios em poupança social digital para as famílias que ingressaram no programa a partir da promulgação da emenda constitucional nº 123/2022, de julho de 2022, que expandiu a quantidade de famílias beneficiárias.
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Vigência: 19/09/2022 a 18/02/2023. Valor Total: R\$ 56.973.172,00. Data de Assinatura: 19/09/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 21/09/2022).

SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

EXTRATOS DE ADESÃO

Termo de Adesão Ao Programa Alimenta Brasil
REFERÊNCIA: Processo 71000.074252/2022-37 no qual o Município de SERRA DA RAIZ/PB manifesta interesse na Adesão ao Programa Alimenta Brasil.
INSTRUMENTO: Termo de Adesão nº 01646/2022.
OBJETO: Adesão do Município ao Programa Alimenta Brasil, conforme previsto no artigo 37 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.
DATA DE ASSINATURA: 21/09/2022.
SIGNATÁRIO: LUIZ GONZAGA BEZERRA DUARTE, Prefeito Municipal de SERRA DA RAIZ/PB - CPF nº 146.334.774-04.

Termo de Adesão Ao Programa Alimenta Brasil
REFERÊNCIA: Processo 71000.077102/2022-85 no qual o Município de SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA/PB manifesta interesse na Adesão ao Programa Alimenta Brasil.
INSTRUMENTO: Termo de Adesão nº 01731/2022.
OBJETO: Adesão do Município ao Programa Alimenta Brasil, conforme previsto no artigo 37 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.
DATA DE ASSINATURA: 21/09/2022.
SIGNATÁRIO: SEVERO LUIS DO NASCIMENTO NETO, Prefeito Municipal de SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA/PB - CPF nº 028.377.614-51.

Termo de Adesão Ao Programa Alimenta Brasil
REFERÊNCIA: Processo 71000.061824/2022-18 no qual o Município de SERRITA/PE manifesta interesse na Adesão ao Programa Alimenta Brasil.
INSTRUMENTO: Termo de Adesão nº 01261/2022
OBJETO: Adesão do Município ao Programa Alimenta Brasil, conforme previsto no artigo 37 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.
DATA DE ASSINATURA: 21/09/2022.
SIGNATÁRIO: SEBASTIÃO BENEDITO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de SERRITA/PE - CPF nº 025.592.564-60

Termo de Adesão Ao Programa Alimenta Brasil
REFERÊNCIA: Processo 71000.050662/2022-92 no qual o Município de CANTÁ/RR manifesta interesse na Adesão ao Programa Alimenta Brasil.
INSTRUMENTO: Termo de Adesão nº 01102/2022
OBJETO: Adesão do Município ao Programa Alimenta Brasil, conforme previsto no artigo 37 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, para a execução do Programa.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de publicação, prorrogável automaticamente por igual período desde que não haja manifestação contrária das partes do extrato no Diário Oficial da União.
DATA DE ASSINATURA: 21/09/2022.
SIGNATÁRIO: ANDRÉ LUIS COSTA DE CASTRO, Prefeito Municipal de CANTÁ/RR - CPF nº 622.904.103-06

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Convênio n.º 930603/2022, Processo n.º 71000.050009/2022-23.
Concedente: Ministério da Cidadania - CNPJ: 05.526.783/0001-65.
Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras/RS - CNPJ: 91.103.127/0001-91.
Objeto: Aquisição e Instalação de Academias ao Ar livre no Município de Três Cachoeiras/RS.
Valor Total: R\$ 100.935,83, Valor do Repasse: R\$ 100.000,00, Valor da Contrapartida: R\$ 935,83.
Vigência: 21/09/2022 a 21/12/2023.
Data da Assinatura: 21/09/2022.
Signatários: Concedente: FABIOLA PULGA MOLINA - Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - CPF: ***.473.758-**, Conveniente: FLÁVIO RAUPP LIPERT - Prefeito Municipal de Três Cachoeiras/RS - CPF: ***.618.290-**.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio n.º 909983/2021. Processo n.º 71000.034597/2021-77.
Concedente: Ministério da Cidadania - CNPJ: 05.526.783/0001-65.
Conveniente: Prefeitura Municipal de Ourinhos/SP - CNPJ: 53.415.717/0001-60.
Objeto: Prorrogação de vigência do Termo de Convênio n.º 909983/2021.
Vigência: 24/12/2021 a 24/06/2023.
Data de Assinatura: 20/09/2022.
Signatários: Concedente: FABIOLA PULGA MOLINA - Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - CPF: ***.473.758-**, Conveniente: LUCAS POCAI ALVES DA SILVA - Prefeito Municipal de Ourinhos/SP - CPF: ***.843.318-**.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Convênio n.º 873509/2018. Processo n.º 58000.002711/2018-36.
Concedente: Ministério da Cidadania - CNPJ: 05.526.783/0001-65.
Conveniente: Prefeitura Municipal de Paulista/PE - CNPJ: 10.408.839/0001-17.

Objeto: Prorrogação de vigência do Termo de Convênio n.º 873509/2018.

Vigência: 09/08/2018 a 28/02/2023.

Data de Assinatura: 20/09/2022.

Signatários: Concedente: FABIOLA PULGA MOLINA - Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - CPF: ***.473.758-**, Conveniente: YVES RIBEIRO DE ALBUQUERQUE - Prefeito Municipal de Paulista/PE - CPF: ***.986.874-**.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Convênio n.º 899601/2020. Processo n.º 71000.032240/2020-73.

Concedente: Ministério da Cidadania - CNPJ: 05.526.783/0001-65.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama/MG - CNPJ: 18.116.178/0001-68.

Objeto: Prorrogação de vigência do Termo de Convênio n.º 899601/2020.

Vigência: 27/11/2020 a 26/05/2023.

Data de Assinatura: 20/09/2022.

Signatários: Concedente: FABIOLA PULGA MOLINA - Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - CPF: ***.473.758-**, Conveniente: DALTON SOARES SILVA - Prefeito Municipal de Santana de Pirapama/MG - CPF: ***.207.806-**.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Fomento n.º 918983/2021. Processo n.º 71000.073556/2021-04.

Concedente: Ministério da Cidadania - CNPJ: 05.526.783/0001-65.

Conveniente: Instituto Esportivo Galo do Tabuleiro - CNPJ: 30.665.701/0001-00.

Objeto: Prorrogação de vigência do Termo de Fomento n.º 918983/2021.

Vigência: 27/12/2021 a 30/12/2022.

Data de Assinatura: 21/09/2022.

Signatários: Concedente: FABIOLA PULGA MOLINA - Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - CPF: ***.473.758-**, Conveniente: RAYANE VIEIRA DE LIMA - Presidente do Instituto Esportivo Galo do Tabuleiro - CPF: ***.702.363-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 929084/2022. Processo n.º 71000.011070/2022-55.

Concedente: Ministério da Cidadania - CNPJ: 05.526.783/0001-65.

Conveniente: Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesas - Kung-Fu - CNPJ: 11.417.606/0001-43.

Objeto: Implementação e Desenvolvimento do Projeto Treinando kung-Fu no município de São Paulo/SP.

Valor Total: R\$ 300.000,00.

Vigência: 21/09/2022 a 21/03/2024.

Data da Assinatura: 21/09/2022.

Signatários: Concedente: FABIOLA PULGA MOLINA - Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - CPF: ***.473.758-**, Conveniente: EDILSON JOSE DE MORAES - Presidente da Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesas - Kung-Fu - CPF: ***.231.918-**.

SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

EXTRATO DE FOMENTO

Espécie: Termo de Fomento nº 925951/2022, Nº Processo: 71000.019134/2022-66, Concedente: Ministério da Cidadania CNPJ: 05.526.783/0001-65, Conveniente: INSTITUTO BOM SAMARITANO/DF. CNPJ/MF: 10.473.755/0001-67, Objeto: "Implantação e desenvolvimento do Projeto Camisa 10 no Distrito Federal/DF, conforme previsto no Plano de Trabalho.", Valor Total: R\$ 100.000,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 R\$ 100.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho 2022NE000013, Valor: R\$ 100.000,00, PTRES: 212584, Fonte Recurso: 188, ND: 33.50.41, Vigência: 20/09/2022 a 20/09/2023, Data da Assinatura: 20/09/2022. Signatários: Concedente: RONALDO LIMA DOS SANTOS- CPF/MF: ***.144.137-**, Conveniente: JOALES JACINTO DOS REIS, CPF/MF: ***.144.137-**.

SECRETARIA NACIONAL DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO AO ESPORTE

EXTRATOS DE COMPROMISSOS

ESPÉCIE: Termo de Compromisso que entre si celebram a UNIÃO por intermédio do MINISTÉRIO DA CIDADANIA, representado pela SECRETARIA NACIONAL DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE E O INSTITUTO FUTUROS CRAQUES - IFC, CNPJ nº 08.584.691/0001-20
OBJETO: Estabelecer as obrigações do MC e do PROPONENTE, visando a execução do projeto: "CENTRO DE TREINAMENTO DE BASQUETE 3X3 (FASE 2)".
DESPEÇA: Os recursos financeiros para implementação do projeto aprovado pela Comissão Técnica foram captados e depositados na conta específica do Projeto.
VALOR GLOBAL: R\$ 576.285,28
VIGÊNCIA: a contar da data de assinatura até 13/10/2023
DATA DE ASSINATURA: 16/09/2022
SIGNATÁRIOS: MICHELLE MOYSÉS MELUL VINECKY, Secretária Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte, CPF nº 076.261.827-23 e, GUSTAVO HENRIQUE SILVA BRACCO, Presidente CPF nº 268.770.028-22, Processo: 71000.043133/2020-71

ESPÉCIE: Termo de Compromisso que entre si celebram a UNIÃO por intermédio do MINISTÉRIO DA CIDADANIA, representado pela SECRETARIA NACIONAL DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE E A ASSOCIAÇÃO AVENTURA ESPECIAL, CNPJ nº 06.119.406/0001-74
OBJETO: Estabelecer as obrigações do MC e do PROPONENTE, visando a execução do projeto: "EQUIPE DE AUTOMOBILISMO BRASIL IV".
DESPEÇA: Os recursos financeiros para implementação do projeto aprovado pela Comissão Técnica foram captados e depositados na conta específica do Projeto.
VALOR GLOBAL: R\$ 738.154,72
VIGÊNCIA: a contar da data de assinatura até 20/01/2023
DATA DE ASSINATURA: 16/09/2022
SIGNATÁRIOS: MICHELLE MOYSÉS MELUL VINECKY, Secretária Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte, CPF nº 076.261.827-23 e, CAMILA SILVA MELO, Presidente CPF nº 370.252.998-55
Processo: 71000.061544/2021-29

ESPÉCIE: Termo de Compromisso que entre si celebram a UNIÃO por intermédio do MINISTÉRIO DA CIDADANIA, representado pela SECRETARIA NACIONAL DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE E O INSTITUTO INCLUIR: TRANSFORMAR, DEMOCRATIZAR & HUMANIZAR, CNPJ nº 31.037.402/0001-94
OBJETO: Estabelecer as obrigações do MC e do PROPONENTE, visando a execução do projeto: "PULSAR ANO III".
DESPEÇA: Os recursos financeiros para implementação do projeto aprovado pela Comissão Técnica foram captados e depositados na conta específica do Projeto.
VALOR GLOBAL: R\$ 1.179.994,99
VIGÊNCIA: a contar da data de assinatura até 13/06/2023
DATA DE ASSINATURA: 16/09/2022
SIGNATÁRIOS: MICHELLE MOYSÉS MELUL VINECKY, Secretária Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte, CPF nº 076.261.827-23 e, APARECIDA CARINA ALVES DE SOUZA, Presidente CPF nº 082.002.097-41
Processo: 71000.042341/2020-52





MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE
Coordenação de Apoio Administrativo

OFÍCIO Nº 69/2022/SEESP/SNELIS/GAB/COAAD/MC

Brasília, 28 de setembro de 2022.

Ao Senhor
EDILSON MORAES
Presidente
Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesas - Kung-Fu/SP
Avenida Marari, 73, Sala 1, Vila Marari
CEP 04402-010 - São Paulo/SP
kungfufpkt@hotmail.com

Assunto: Celebração do Termo de Fomento n.º 929084/2022.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunicamos que foi celebrado entre este Ministério e a Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesas - Kung-Fu/SP o Termo de Fomento nº 929084/2022, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), cujo objeto é a “Implementação e Desenvolvimento do Projeto Treinando kung-Fu no município de São Paulo/SP”.

Por oportuno, informamos que o referido Termo de Fomento foi publicado no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2022, conforme documento em anexo.

Atenciosamente,

SUZANA GONÇALVES LARANJA
Chefe de Gabinete
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

DOCUMENTOS ANEXOS

Termo de Fomento
Publicação no Diário Oficial da União - DOU



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Gonçalves Laranja, Chefe de Gabinete**, em 28/09/2022, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **13023620** e o código CRC **C7507BBB**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A' - Bairro Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF - CEP 70054-906 -
www.cidadania.gov.br

71000.011070/2022-55 -
SEI nº 13023620



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO MINISTÉRIO DA CIDADANIA/CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS - KUNG-FU - PLATAFORMA +BRASIL Nº 929084/2022.

TERMO DE FOMENTO PLATAFORMA +BRASIL Nº 929084/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA - MC E A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS - KUNG-FU.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CIDADANIA - MC**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.526.783/0001-65, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, CEP: 70.054-806, Brasília-DF, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pela **SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL**, baseada no Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, representada pela sua Secretária, a Senhora **FABIOLA PULGA MOLINA**, brasileira, residente e domiciliada à SHIS QI 11, Conjunto 09, Casa 24, Lago Sul – Brasília/DF, CEP: 71.625-290, portadora da Carteira de Identidade nº 13.067.580-5 – SSP/SP e do CPF/MF nº 290.473.758-82, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 38, de 04 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 05 de fevereiro de 2020 e Portaria nº 305, de 10 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 11 de março de 2020 e suas alterações pela Portaria nº 497, de 25 de setembro de 2020, e a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS - KUNG-FU/SP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.417.606/0001-43 com sede na Av. Marari, 73, Sala 1 - Vila Marari - São Paulo/SP - CEP: 04.402-010, representada pelo seu Presidente, o Senhor **EDILSON JOSE DE MORAES**, brasileiro, portador do CPF/MF sob o nº 055.231.918-09, residente e domiciliado na Rua Joaquim Severino, 84 - São Paulo/SP - CEP: 04.652-204.

RESOLVEM, celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente da Emenda Parlamentar n. 41190003, de 2022, da nobre Deputada Federal Maria Rosas - PRB/SP, tendo em vista o que consta do Processo nº 71000.011070/2022-55 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 e sujeitando-se, no que couber, à Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (LDO/2022), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Fomento é a “Implementação e Desenvolvimento do Projeto Treinando kung-Fu no município de São Paulo/SP” visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Subcláusula única. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no art. 43, **caput**, inciso I, do Decreto nº 8.726, de 2016, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de fomento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 18 (dezoito) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 21 do Decreto nº 8.726, de 2016:

- I. Mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e;
- II. De ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do projeto previsto neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos pelo Ministério da Cidadania no valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), à conta da ação orçamentária 20JP, PTRES 212606, Elemento de Despesa: 33.50.41 Unidade Gestora: 180073/00001 - Nota de Empenho nº 2022NE000368, Fonte 188, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação do recurso financeiro se dará em parcela única, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 33 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Subcláusula Primeira. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Subcláusula Segunda. A verificação das hipóteses de retenção previstas na Subcláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

- I. a verificação da existência de denúncias aceitas;
- II. a análise das prestações de contas anuais, nos termos da alínea “b” do inciso I do § 4º do art. 61 do Decreto nº 8.726, de 2016;
- III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e
- IV. a consulta aos cadastros e sistemas federais que permitam aferir a regularidade da parceria.

Subcláusula Terceira. Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Fomento, nos termos da Subcláusula Primeira, inciso II, desta Cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente Termo de Fomento, desembolsados pelo **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**, serão mantidos na conta corrente 771058, Agência 0300-X, Banco do Brasil SA.

Subcláusula Primeira. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Fomento serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Subcláusula Segunda. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Terceira. A conta referida no caput desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Quarta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Subcláusula Quinta. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final na Plataforma +Brasil e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho, na forma do art. 38, §§ 1º a 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016.

Subcláusula Sexta. Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Fomento será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Ministro de Estado ou pelo dirigente máximo da entidade da administração pública federal, na forma do art. 34, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Subcláusula Primeira. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

II. prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

III. monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria constantes da Plataforma +Brasil, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;

IV. comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

V. analisar os relatórios de execução do objeto;

VI. analisar os relatórios de execução financeira, nas hipóteses previstas nos arts. 56, caput, e 60, §3º, do Decreto nº 8.726, de 2016;

VII. receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento, nos termos do art. 43 do Decreto nº 8.726, de 2016;

VIII. instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos dos artigos 49 e 50 do Decreto nº 8.726, de 2016;

IX. designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

X. retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

XI. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

XII. reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 61, §1º, do Decreto nº 8.726, de 2016;

XIII. prorrogar de “ofício” a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014, e do art. 43, 1º, inciso I, do Decreto nº 8.726, de 2016;

XIV. publicar, no Diário Oficial da União, extrato do Termo de Fomento;

XV. divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e na Plataforma +Brasil, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

XVI. exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

XVII. informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

XVIII. analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Fomento;

XIX. aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

Subcláusula Segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, e no Decreto nº 8.726, de 2016;

II. zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

III. manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

IV. não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

V. apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 e art. 55 do Decreto nº 8.726, de 2016;

VI. executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

VII. prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Fomento, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 8.726, de 2016;

VIII. responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

IX. permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do

Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

X. quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:

- a) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
- b) garantir sua guarda e manutenção;
- c) comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
- d) arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens; e.
- e) em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;
- f) durante a vigência do Termo de Fomento, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

XI. por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

XII. manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII. manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV. garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

XV. observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de despesas e pagamentos com recursos transferidos pela Administração Pública, os procedimentos estabelecidos nos artigos 36 a 42 do Decreto n. 8.726, de 2016;

XVI. incluir regularmente na Plataforma +Brasil as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;

XVII. observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

XVIII. comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, nos termos do art. 26, §5º, do Decreto nº 8.726, de 2016;

XIX. divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

XX. submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

XXI. responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXII. responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública federal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXIII. quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o

respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, e 43 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Subcláusula Única. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública federal.

Subcláusula Primeira. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de que trata o art. 56 do Decreto nº 8.726, de 2016, quando for o caso.

Subcláusula Segunda. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula Terceira. A OSC deverá registrar os dados referentes às despesas realizadas na Plataforma +Brasil, sendo dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas, mas deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula Quarta. Os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie estarão restritos ao limite individual de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário.

Subcláusula Quinta. Na gestão financeira, a OSC poderá:

I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da OSC, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

Subcláusula Sexta. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

Subcláusula Sétima. É vedado à Administração Pública Federal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas na Plataforma +Brasil.

Subcláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes da Plataforma +Brasil, incluída a possibilidade de consulta

às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

Subcláusula Segunda. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

I- designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

II- designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

III- emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, c/c art. 60 do Decreto nº 8.726, de 2016);

IV- realizará visita técnica **in loco** para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas (art. 52 do Decreto nº 8.726, de 2016);

V- realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

VI- examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c arts. 55 e 56 do Decreto nº 8.726, de 2016);

VII- poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

VIII- poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

IX- poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação (art. 51, §3º, do Decreto nº 8.726, de 2016);

Subcláusula Terceira. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, esta Secretaria designa a servidora pública Daffne Andréia Alves Silva por meio da Portaria n.º 06, publicada no Diário Oficial da União em 27 de junho de 2022, portador do registro geral nº 17.988.543 SSP/MT, CPF nº 003.330.161-14 e Matrícula nº 3245622, que atuará como gestora da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, a gestora é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 63 do Decreto nº 8.726, de 2016).

Subcláusula Quarta. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso II da Subcláusula Segunda, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação (art. 49, caput, do Decreto nº 8.726, de 2016).

Subcláusula Quinta. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos (art. 49, §§ 2º e 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

Subcláusula Sexta. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública federal, devendo ser observado o disposto no art. 50 do Decreto nº 8.726, de 2016, sobre a declaração de impedimento dos membros que forem designados.

Subcláusula Sétima. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação

específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014 e de seu regulamento (art. 49, §5º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

Subcláusula Oitava. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III da Subcláusula Segunda, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme previsto no art. 61 do Decreto nº 8.726, de 2016, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Subcláusula Nona. A visita técnica **in loco**, de que trata o inciso IV da Subcláusula Segunda, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública federal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas da União. A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica **in loco**.

Subcláusula Décima. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica **in loco**, que será registrado na Plataforma +Brasil e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública federal (art. 52, §2º, do Decreto nº 8.726, de 2016). O relatório de visita técnica **in loco** deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

Subcláusula Décima Primeira. A pesquisa de satisfação, de que trata o inciso V da Subcláusula Segunda, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela administração pública federal, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa (art. 53, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

Subcláusula Décima Segunda. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências. A OSC poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado (art. 53, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

Subcláusula Décima Terceira. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo federal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser:

- I - extinto por decurso de prazo;
- II- extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV- rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
 - a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 - b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas (art. 61, §4º, inciso II, do Decreto nº 8.726, de 2016);
 - c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
 - d) violação da legislação aplicável;
 - e) cometimento de falhas reiteradas na execução;
 - f) malversação de recursos públicos;
 - g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
 - h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
 - i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
 - j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

k) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Ministro de Estado ou pelo dirigente máximo da entidade da administração pública federal, conforme previsto nos §§ 3º e 4º do art. 34 do Decreto nº 8.726, de 2016; e

l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Subcláusula Primeira. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Subcláusula Segunda. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Subcláusula Terceira. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

Subcláusula Quarta. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Subcláusula Quinta. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

Subcláusula Sexta. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Subcláusula Primeira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I. nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública federal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69, do Decreto nº 8.726, de 2016; e

II. nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia do **MINISTÉRIO DA CIDADANIA** quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Subcláusula Segunda. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

Subcláusula Primeira. Os bens patrimoniais de que trata o caput deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto vigor a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Segunda. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

Subcláusula Terceira. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Subcláusula Quarta. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

Subcláusula Quinta. A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

Subcláusula Sexta. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública federal, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Federal.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Caso as atividades realizadas pela OSC com recursos públicos provenientes do Termo de Fomento deem origem a bens passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual, a exemplo de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, obras intelectuais, cultivares, direitos autorais, programas de computador e outros tipos de criação, a OSC terá a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração dos respectivos bens imateriais, os quais ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade durante a vigência da parceria (art. 22 do Decreto nº 8.726, de 2016).

Subcláusula Primeira. Durante a vigência da parceria, os ganhos econômicos auferidos pela OSC na exploração ou licença de uso dos bens passíveis de propriedade intelectual, gerados com os recursos públicos provenientes do Termo de Fomento, deverão ser aplicados no objeto do presente instrumento, sem prejuízo do disposto na Subcláusula seguinte.

Subcláusula Segunda. A participação nos ganhos econômicos fica assegurada, nos termos da legislação específica, ao inventor, criador ou autor.

Subcláusula Terceira. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual permanecerão na titularidade da OSC, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização, observado o disposto na Subcláusula seguinte.

Subcláusula Quarta. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública federal, a critério da Administração Pública, quando a OSC não tiver condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Federal.

Subcláusula Quinta. A OSC declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar, independente de solicitação da Administração Pública, todas as autorizações ou licenças necessárias para que o órgão ou entidade pública federal utilize, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não

exclusivo, os bens submetidos a regime de propriedade intelectual que forem resultado da execução desta parceria, da seguinte forma:

I. quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, por quaisquer modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, inclusive:

a) a reprodução parcial ou integral;

b) a edição;

c) a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;

d) a tradução para qualquer idioma;

e) a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;

f) a distribuição, inclusive para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;

g) a comunicação ao público, mediante representação, recitação ou declamação; execução musical, inclusive mediante emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; emprego de satélites artificiais; emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados; exposição de obras de artes plásticas e figurativas; e

h) a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

II. quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para a exploração de patente de invenção ou de modelo de utilidade e de registro de desenho industrial;

III. quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, pela utilização da cultivar protegida; e

IV. quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, pela utilização de programas de computador.

Subcláusula Sexta. Cada um dos partícipes tomará as precauções necessárias para salvaguardar o sigilo das informações consideradas confidenciais acerca da propriedade intelectual, podendo estabelecer em instrumento específico as condições referentes à confidencialidade de dado ou informação cuja publicação ou revelação possa colocar em risco a aquisição, manutenção e exploração dos direitos de propriedade intelectual resultantes desta parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, observando-se as regras previstas nos arts. 59 a 61 do Decreto nº 8.726, de 2016, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

Subcláusula Primeira. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto na Plataforma +Brasil, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

Subcláusula Segunda. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Subcláusula Terceira. O Relatório Parcial de Execução do Objeto conterá:

I. a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, com comparativo de metas propostas com os resultados já alcançados;

II. a descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III. os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV. os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver; e

V. justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas.

Subcláusula Quarta. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos III e IV da Subcláusula Terceira quando já constarem da Plataforma +Brasil.

Subcláusula Quinta. O Relatório Parcial de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

I. dos resultados já alcançados e seus benefícios;

II. dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

III. do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

IV. da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

Subcláusula Sexta. As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 25 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Subcláusula Sétima. A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação quando:

I. a parceria for selecionada por amostragem, conforme ato do Ministro de Estado ou do dirigente máximo da entidade da administração pública federal, considerados os parâmetros definidos pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU);

II. for identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas da parceria no curso das ações de monitoramento e avaliação de que trata o art. 51 do Decreto nº 8.726, de 2016; ou

III. for aceita denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto, mediante juízo de admissibilidade realizado pelo gestor.

Subcláusula Oitava. O relatório técnico de monitoramento e avaliação conterá:

I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV. análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste instrumento;

V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas tomadas em decorrência dessas auditorias; e

VI. o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, emitido pelo gestor da parceria, que deverá:

a) avaliar as metas já alcançadas e seus benefícios; e

b) descrever os efeitos da parceria na realidade local referentes:

1. aos impactos econômicos ou sociais;

2. ao grau de satisfação do público-alvo; e

3. à possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

Subcláusula Nona. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, mediante justificativa prévia, dispensar a OSC da observância do disposto na Subcláusula Quinta, assim como poderá dispensar que o relatório técnico de monitoramento e avaliação contenha a descrição referida na alínea "b" do inciso VI da Subcláusula Oitava (art. 55, §3º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

Subcláusula Décima. A prestação de contas anual será considerada regular quando, da análise do Relatório Parcial de Execução do Objeto, for constatado o alcance das metas da parceria.

Subcláusula Décima Primeira. Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o gestor da parceria, antes da emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação, notificará a OSC para apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação, Relatório Parcial de Execução Financeira, que subsidiará a elaboração do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Subcláusula Décima Segunda. O Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

I. a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II. o extrato da conta bancária específica;

III. a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

IV. a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

V. cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Subcláusula Décima Terceira. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a III da Subcláusula Décima Segunda quando já constarem da Plataforma +Brasil.

Subcláusula Décima Quarta. A análise do Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

I. o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36 do Decreto nº 8.726, de 2016; e

II. a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Subcláusula Décima Quinta. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

Subcláusula Décima Sexta. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

I. sanar a irregularidade;

II. cumprir a obrigação; ou

III. apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Subcláusula Décima Sétima. O gestor da parceria avaliará o cumprimento do disposto na Subcláusula Décima Sexta e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

Subcláusula Décima Oitava. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

Subcláusula Décima Nona. Se persistir a irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

I. caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:

a) a devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

b) a retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 34 do Decreto nº 8.726, de 2016;

II. caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:

a) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

b) a instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado.

Subcláusula Vigésima. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de seu recebimento.

Subcláusula Vigésima Primeira. O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, sendo que as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 54 a 58 e 62 a 70 do Decreto nº 8.726, de 2016, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

Subcláusula Primeira. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam à Administração Pública avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

Subcláusula Segunda. Para fins de prestação de contas final, a OSC deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto, na Plataforma +Brasil, no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Subcláusula Terceira. O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

- I. a demonstração do alcance das metas referentes ao período de toda a vigência da parceria, com comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II. a descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III. os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV. os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver;
- V. justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas;
- VI. o comprovante de devolução de eventual saldo financeiro remanescente (art. 62, caput, do Decreto nº 8.726, de 2016); e
- VII. a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o §3º do art. 42 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Subcláusula Quarta. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos III e IV da Subcláusula Terceira quando já constarem da Plataforma +Brasil.

Subcláusula Quinta. O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- I. dos resultados alcançados e seus benefícios;
 - II. dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
 - III. do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

Subcláusula Sexta. As informações de que trata a Subcláusula Quinta serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 25 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Subcláusula Sétima. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, a ser inserido na Plataforma +Brasil, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

- I. Relatório Final de Execução do Objeto;
- II. os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
- III. relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- IV. relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver (parcerias com vigência superior a um ano).

Subcláusula Oitava. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico conclusivo, avaliará a eficácia e efetividade das ações realizadas, conforme previsto na alínea “b” do inciso II do art. 61 do Decreto nº 8.726, de 2016, devendo mencionar os elementos referidos na Subcláusula Quinta.

Subcláusula Nona. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, mediante justificativa prévia, dispensar a OSC da observância da Subcláusula Quinta, assim como poderá dispensar que o parecer técnico de análise da prestação de contas

final avalie os efeitos da parceria na forma da Subcláusula Oitava (art. 55, §3º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

Subcláusula Décima. Na hipótese de a análise de que trata a Subcláusula Sétima concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Subcláusula Décima Primeira. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

I. a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II. o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III. o extrato da conta bancária específica;

IV. a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

V. a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI. cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Subcláusula Décima Segunda. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV da Subcláusula Décima Primeira quando já constarem da Plataforma +Brasil.

Subcláusula Décima Terceira. A análise do Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

I. o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36 do Decreto nº 8.726, de 2016; e

II. a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Subcláusula Décima Quarta. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

Subcláusula Décima Quinta. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I. aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II. aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III. rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Subcláusula Décima Sexta. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, de que trata o parágrafo único do art. 63 do Decreto nº 8.726, de 2016, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

Subcláusula Décima Sétima. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação. desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Subcláusula Décima Oitava. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I. apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Ministro de Estado ou ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Federal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II. sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Subcláusula Décima Nona. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

I. no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar na Plataforma +Brasil as causas das ressalvas; e

II. no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Vigésima. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

Subcláusula Vigésima Primeira. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea “b” do inciso II da Subcláusula Décima Nona no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do Ministro de Estado ou do dirigente máximo da entidade da administração pública federal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Subcláusula Vigésima Segunda. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I. a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

II. o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas na Plataforma +Brasil e no Siafi, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Subcláusula Vigésima Terceira. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 90 dias (noventa) dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

Subcláusula Vigésima Quarta. O transcurso do prazo definido na Subcláusula Vigésima Terceira, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I. não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II. não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Subcláusula Vigésima Quinta. Se o transcurso do prazo definido na Subcláusula Vigésima Terceira, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Subcláusula Vigésima Sexta. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão na Plataforma +Brasil, permitindo a visualização por qualquer interessado.

Subcláusula Vigésima Sétima. Os documentos incluídos pela OSC na Plataforma +Brasil, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

Subcláusula Vigésima Oitava. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004, do Decreto nº 8.726, de 2016, e da legislação específica, a administração pública federal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I. advertência;

II. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

e

III. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o [órgão ou entidade pública federal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública federal pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Subcláusula Primeira. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Subcláusula Segunda. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública federal.

Subcláusula Terceira. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Subcláusula Quarta. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Ministro de Estado.

Subcláusula Quinta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do Ministro de Estado prevista na Subcláusula Quarta, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Subcláusula Sexta. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no Siafi e na Plataforma +Brasil, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Subcláusula Sétima. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública federal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Fomento, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação do **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**, de acordo com o Manual de Identidade Visual deste.

Subcláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Fomento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Fomento que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Órgão ou Entidade Pública Federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a organização

da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, no art. 88 do Decreto nº 8.726, de 2016, e em Ato do Advogado-Geral da União.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, vai assinado pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pela SECRETARIA:

FABIOLA PULGA MOLINA
Secretária Nacional de Esporte, Educação,
Lazer e Inclusão Social

Pela CONFEDERAÇÃO:

EDILSON JOSE DE MORAES
Presidente da Confederação Brasileira de Artes
Marciais Chinesas - Kung-Fu/SP



Documento assinado eletronicamente por **edilson jose de moraes, Usuário Externo**, em 21/09/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Fabiola Pulga Molina, Secretário(a) Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social**, em 21/09/2022, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **12990143** e o código CRC **9B19AC66**.



MINUTA DO EDITAL DE COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES
MARCIAIS CHINESAS – KUNG-FU,
COTAÇÃO PRÉVIA Nº 002
PROPOSTA Nº 005689/2022**

MODALIDADE: MENOR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: Aquisição de material esportivo, material de consumo, uniforme e contratação de serviços

DATA DE ENVIO DAS PROPOSTAS: xx/xx/2022 A xx/xx/2022

DATA DE ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO: 30/03/2022

E-MAIL PARA ENVIO DA PROPOSTA: kungfupkt@hotmail.com

CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS:

E-MAIL: kungfupkt@hotmail.com

TELEFONE: 11 56716054

A Comissão de Compras do **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS – KUNG-FU**, convida esta conceituada empresa a participar do presente edital de aquisição de material esportivo, prestação de serviços, material de consumo, e uniforme na modalidade menor preço unitário e tipo qualidade, a realizar-se até o dia 01 de Setembro de 2022, devendo a proposta ser entregue na AV MARARI, 73, SALA 1 – VILA MARARI – SÃO PAULO - SP
ou por e-mail para
kungfupkt@hotmail.com.


O presente edital será regido pelas diretrizes do departamento de compras desta organização em consonância com a Lei n.º 13.019/2014 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.726/2016, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Fazem parte deste convite os seguintes anexos:



- ANEXO 1 – Condições Gerais e Critérios para Julgamentos da Proposta;
- ANEXO 2 – Especificações Técnicas do Objeto;
- ANEXO 3 – Declaração da Empresa.

10 de Agosto de 2022 – São paulo, SP.



Edilson Moraes
Presidente

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS – KUNG-FU,
Coordenação Departamento de Compras.



ANEXO I

COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS

1. PREÂMBULO

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS – KUNG-FU, Pessoa Jurídica de Direito Privado, criada em 10 de dezembro de 2009, associação sem fins lucrativos, com sede AV MARARI, 73, SALA 1 – VILA MARARI – SÃO PAULO - SP CEP 04401-010, nesta cidade, registrada no CNPJ/MF sob o nº 11.417.606/0001-43, torna público, para conhecimento dos interessados, que está promovendo no prazo previsto Cotação Prévia de Preço nº 0001, na modalidade menor preço unitário, no âmbito da proposta Plataforma +Brasil nº 005689/2022, celebrado com a União, por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social do Ministério da Cidadania, para execução do referido Termo de Fomento.

2. OBJETIVO

Aquisição de material esportivo, material de consumo, uniforme e contratação de serviço no âmbito do referido termo de fomento.

3. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A presente aquisição visa cumprir meta do referido convênio, conforme consta no Plano de Trabalho que acompanham o **Termo de Fomento nº 005689/2022** celebrado entre a Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social, da Secretaria Especial do Esporte, do Ministério da Cidadania e a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS – KUNG-FU**,

4. DA ENTREGA DA PROPOSTA COMERCIAL

A proposta comercial deverá ser preenchida na íntegra, rubricada em todas as páginas, assinada e encaminhada para o endereço av. Marari, 73 – são paulo - SP ou através do email: kungfupkt@hotmail.com, até o dia 01/09/2022



5. DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A proposta deverá ser entregue digitada em papel timbrada da empresa, não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas, deverá ser datada, conter nome ou razão social, endereço completo, telefone, email, dados bancários completos e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa. Em anexo à proposta, deve seguir cópia das certidões que comprovam a regularidade da empresa junto aos órgãos públicos: Certificado de Regularidade do FGTS, Cartão CNPJ, Certidão Negativa de Débitos (federal, estadual, municipal) e a declaração de aceitação dos termos (Anexo 3).
- 5.2 A emissão da ordem de compra só será feita após liberação de recursos pelo Ministério da Cidadania.
- 5.3 A proposta não poderá cotar, relativamente ao item, quantidades inferiores as estabelecidas no Anexo II, da cotação Prévia.
- 5.4 Prazo de validade da proposta, não inferior a 30 (trinta) dias, contados da data estipulada para entrega da proposta. Em caso de omissão da empresa, será considerado o prazo mínimo exigido.
- 5.5 Compromisso de garantia conforme código de Defesa do Consumidor.

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O critério de julgamento e classificação das propostas será o de MENOR PREÇO/MELHOR QUALIDADE ofertado por item, desde que, observados os parâmetros mínimos de qualidade.

Serão desclassificadas as propostas que:

- 6.1 Não atendam às exigências fixadas nesta Cotação Prévia, disposto no item 5 deste edital;
- 6.2 Ofereçam vantagens ou alternativas não previstas, de interpretação dúbia ou rasuradas, ou ainda que contrariem no todo ou em parte a presente licitação;
- 6.3 A escolha recaíra pela proposta que apresentar MENOR PREÇO/MELHOR QUALIDADE sobre o faturamento, dentre as empresas classificadas;
- 6.4 Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação será feita por sorteio;
- 6.5 O resultado da avaliação das propostas será dirigido às empresas via email.



7. O PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

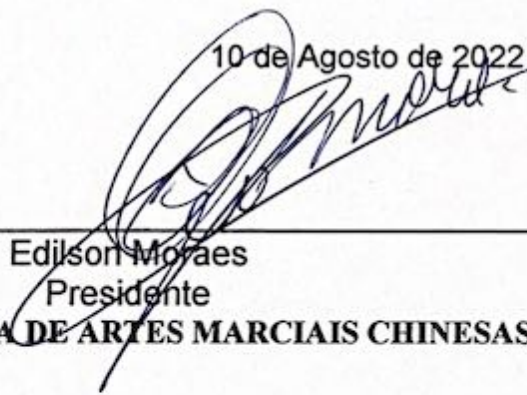
A Contratada efetuará a entrega dos itens cotados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a comunicação de sua seleção.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será realizado através de transferência bancária, entre o conveniente e o fornecedor, via Plataforma + Brasil – OBTV em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento/instalação do equipamento, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, desde que atendidas completamente às exigências da Cotação Prévia e apresentados os documentos fiscais pertinentes.

8.2 As Notas Fiscais serão obrigatoriamente instruídas pelo pedido/ordem de fornecimento, devendo discriminar o objeto e a quantidade efetivamente entregue e n.º 005689/2022 do Termo de Fomento.

10 de Agosto de 2022 – São paulo, SP.



Edilson Moraes
Presidente

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS – KUNG-FU,



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1 -Coordenador - Responsável por contato com participantes do projeto, comunidade, locais parceiros e outros serviços inerentes à função, bem como auxiliar e acompanhar o desenvolvimento do planejamento elaborado, organização de listas de chamadas de professores.	12 meses	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00
2	Professores – 2 – Responsáveis pelas aulas e treinos, preparação e acompanhamento dos atletas e sala de aula, exames de faixa e eventos. 2 professores para kung-fu. Profissionais devidamente qualificados com expertise na área e devidamente filiados a suas entidade com seus credenciamentos e alvar	12 meses	R\$ 3.000,00	R\$ 72.000,00
3	Auxiliar Técnico- 1 – Profissionais para auxiliarem os técnicos no kung-fu - Profissionais devidamente qualificados com expertise na área e devidamente filiados a suas entidade com seus credenciamentos e alvarás (confederações e federações) 1 auxiliar	12 meses	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
4	Tatame 80 placas de 1 x 1 mt,peças confeccionadas dentro das normas e padrões internacionais, homologado pela confederação de kung-fu, placas possuem tecnologia para absorção de impacto, além de película de silicone que elimina queimaduras quando o material é submetido a atrito com a pele humana, antiderrapante, atóxico e resistente a água, para montagem da área de treinamento dos atletas.	80	R\$ 157,00	R\$ 12.560,00
5	Par Luva de Treinamento Kuoshu (Revestida por poliuretano, com enchimento de eva)	120	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00
6	Par de Luva de Combate (Revestida por poliuretano, com enchimento de eva)	120	R\$ 160,00	R\$ 19.200,00
7	Par de Caneleira Combate (Revestida por poliuretano, com enchimento de eva)	70	R\$ 100,00	R\$ 7.000,00
8	Capacete Aberto (confeccionado em ecocouro com enchimento de borracha)	60	R\$ 107,00	R\$ 6.420,00
9	Bastão de Madeira 1,50m	40	R\$ 105,00	R\$ 4.200,00
10	Raquete (em ecocouro com enchimento de borracha)	70	R\$ 60,00	R\$ 4.200,00
11	Par Foco Concava - Manoplas (em eco couro com enchimento de borracha)	60	R\$ 135,00	R\$ 8.100,00
12	Aparador de Chute Thai Pad - Escudos (em eco couro com enchimento de borracha)	30	R\$ 270,00	R\$ 8.100,00
13	Capacete com Grade (confeccionado em ecocouro com enchimento de borracha e grade de plástico)	60	R\$ 165,00	R\$ 9.900,00
14	Protetor de Tórax para treino - Coletes (em ecocouro com enchimento de borracha)	60	R\$ 150,00	R\$ 9.000,00
15	Orelheira Preta - Protetores Oculares (em polipropileno revestido com vinil)	120	R\$ 40,00	R\$ 4.800,00

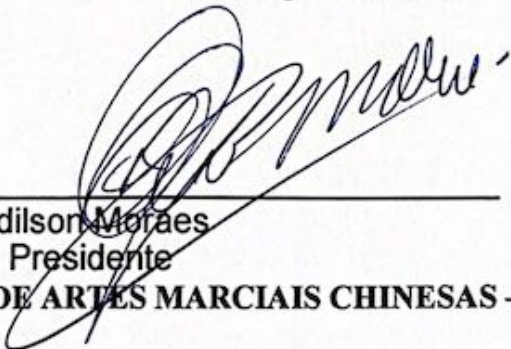


16	Saco de Pancadas 1,80m	3	R\$ 240,00	R\$ 720,00
17	Calça-Modelo específico dentro das normas e padrões para kung-fu em Tac Tel, tamanhos variados com logo do projeto.	240	R\$ 80,00	R\$ 19.200,00
18	Faixa-Brim em algodão com logo do projeto, dentro das normas e padrões para kung-fu e tai chi chuan.	240	R\$ 35,00	R\$ 8.400,00
19	Camiseta-Poliamida, gola redonda com estampas e logos do projeto para os atletas (240 camisetas), professores (10 camisetas), coordenador (5 camisetas) e auxiliares (5 camisetas).	240	R\$ 45,00	R\$ 10.800,00
20	Banners 2x1mts - Vinílica com impressão digital colorida com logo do projeto.	2	R\$ 300,00	R\$ 600,00

EQUIPE DE TRABALHO (Inserir todo os Recursos Humanos envolvidos na realização do Projeto e identificar quais serão cedidos pela Proponente).

FUNÇÃO	QTD RH	ATRIBUIÇÃO/	CARGA HORÁRIA SEMANAL / DIÁRIA	QTD MESES/ DIÁRIAS
Coordenador	1	Responsável por contato com participantes do projeto, comunidade, locais parceiros e outros serviços inerentes á função, bem como auxiliar e acompanhar o desenvolvimento do planejamento elaborado, organização de listas de chamadas de professores.	40h	12
Professor	2	Responsáveis pelas aulas e treinos, preparação e acompanhamento dos atletas e sala de aula, exames de faixa e eventos. 2 professores para kung-fu. Profissionais devidamente qualificados com expertise na área e devidamente filiados a suas entidade com seus credenciamentos e alvarás (Confederações e Federações.	20h (cada professor)	12
Auxiliar Técnico	1	Profissionais para auxiliarem os técnicos no kung-fu - Profissionais devidamente qualificados com expertise na área e devidamente filiados a suas entidade com seus credenciamentos e alvarás (confederações e federações)	20h	12

10 de Agosto de 2022 - São paulo, SP.


Edilson Moraes
Presidente

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS - KUNG-FU,



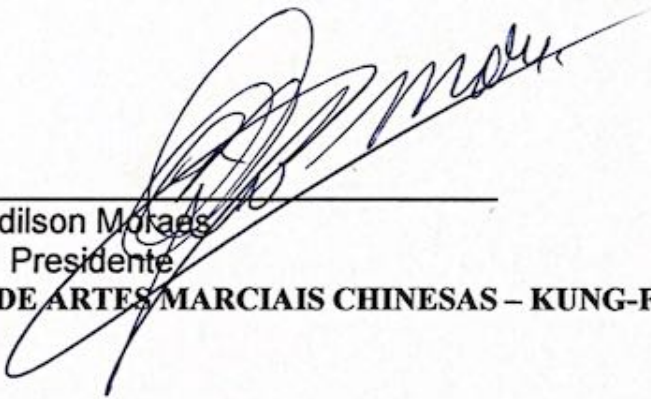
ANEXOIII

DECLARAÇÃO DA EMPRESA

Eu, Edilson Jose de Moraes, CPF nº : 055.231.918-09 representante da empresa **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINEAS – KUNG-FU**, inscrita no CNPJ: **11.417.606/0001-43**, ao apresentar a presente cotação para o certame "Cotação Prévia de Preços", DECLARO estar ciente e de acordo com os prazos estipulados para entrega dos produtos e das formas e prazos de pagamento estabelecidos no instrumento convocatório.

Sem mais,

10 de Agosto de 2022 – São paulo, SP.



Edilson Moraes
Presidente

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINEAS – KUNG-FU

PLANTILHA DE CUSTOS - PROPOSTA 006509/2022
 PESSOA JURÍDICA (Serviços)

Orçamento Detalhado

Meta	Escala	Descrição	RECURSOS HUMANOS			EMPRESA 1			EMPRESA 2			EMPRESA 3			BENEFICIÁRIO	
			QUANT.	MESES	TOTAL	Nome	Valor Unitário	Valor Total	Nome	Valor Unitário	Valor Total	Nome	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
1	1:1	1 - Coordenador - 40% - Responsável por contato com participantes do projeto, orientações, locais pacotes e outros serviços inerentes à função, bem como auxiliar e acompanhar o desenvolvimento do planejamento editorial, organizado de listas de chamadas de profissionais. Valores referentes a serviço dos profissionais, 20% de encargos das organizações, imposto de renda, entre outras despesas da empresa.	1	12	12	TCHATCHAEI, LTDA CNPJ: 48.378.655/0001-60 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00	R DE SOUZA PRODUCOES E EVENTOS - ME CNPJ: 18.177.400/0001-32 TEL: (17) 89733-9904	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00	C A AGENCIAMENTO E ESPORTE BARRETOES LTDA CNPJ: 37.816.282/0001-38 TEL: (17) 89216-3775	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00
2		Profissionais - 20% - Responsáveis para auxiliar os locutores no layout e acompanhamento das aulas e sala de aula, exames de hora e serviço, professores para layout, Profissionais devidamente qualificados com expertise na área e devidamente classificados com seus ordenamentos e vantagens (certificações e funcionalidades). Valores referentes a serviço dos profissionais, 20% de encargos das organizações, imposto de renda, entre outras despesas da empresa.	2	12	24	TCHATCHAEI, LTDA CNPJ: 48.378.655/0001-60 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 3.000,00	R\$ 72.000,00	R DE SOUZA PRODUCOES E EVENTOS - ME CNPJ: 18.177.400/0001-32 TEL: (17) 89733-9904	R\$ 3.400,00	R\$ 81.600,00	C A AGENCIAMENTO E ESPORTE BARRETOES LTDA CNPJ: 37.816.282/0001-38 TEL: (17) 89216-3775	R\$ 3.200,00	R\$ 78.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 72.000,00
3		Auxiliar Técnico - 20% - Profissionais para auxiliar os locutores no layout, Profissionais devidamente qualificados com expertise na área e devidamente classificados com seus ordenamentos e vantagens (certificações e funcionalidades). Valores referentes a serviço dos profissionais, 20% de encargos das organizações, imposto de renda, entre outras despesas da empresa.	1	12	12	TCHATCHAEI, LTDA CNPJ: 48.378.655/0001-60 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00	R DE SOUZA PRODUCOES E EVENTOS - ME CNPJ: 18.177.400/0001-32 TEL: (17) 89733-9904	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00	C A AGENCIAMENTO E ESPORTE BARRETOES LTDA CNPJ: 37.816.282/0001-38 TEL: (17) 89216-3775	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
VALOR TOTAL UNIFICADO COTADO						R\$	158.400,00	R\$	178.200,00	R\$	174.000,00	R\$	158.400,00			



MATERIAL ESPORTIVO


Nº	Especificação do Material/Serviço	QUANT.	EMPRESA 1		EMPRESA 2		EMPRESA 3		MENOR VALOR COTADO				
			Nome	Valor Unitário	Valor Total	Nome	Valor Unitário	Valor Total	Nome	Valor Unitário	Valor Total		
1	Tabela 80 peças de 1 x 1 (incluindo confecionadas dentro das normas e padrões internacionais homologados pela confederação de Rugby, peças possuem bordado para esportes de campo, além de peça de alívio que serve quemarás quando o jogador é submetido a outro com o mesmo nome, antecolmeia, alívio e resistiva e faja, para proteção de área de treinamento dos atletas	30	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 160,00	R\$ 12.000,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 160,00	R\$ 12.000,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 157,00	R\$ 12.500,00	R\$ 157,00	R\$ 12.500,00
2	Per Luva de Treinamento Adulto (Revestida por poliuretano, com enchimento de EVA)	120	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00
3	Per Luva de Corrida (Revestida por poliuretano, com enchimento de EVA)	120	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 160,00	R\$ 21.600,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 160,00	R\$ 20.340,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 160,00	R\$ 19.200,00	R\$ 160,00	R\$ 19.200,00
4	Per Luva de Corrida Corrida (Revestida por poliuretano, com enchimento de EVA)	70	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 110,00	R\$ 7.700,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 110,00	R\$ 7.700,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 103,00	R\$ 7.210,00	R\$ 103,00	R\$ 7.210,00
5	Capacete Adulto (confecionado em acouaro com enchimento de borracha)	60	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 110,00	R\$ 6.600,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 105,00	R\$ 6.300,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 107,00	R\$ 6.420,00	R\$ 107,00	R\$ 6.420,00
6	Bastão de Hóquei 1,50m	40	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 110,00	R\$ 4.400,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 115,00	R\$ 4.600,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 105,00	R\$ 4.200,00	R\$ 105,00	R\$ 4.200,00
7	Requet (em acouaro com enchimento de borracha)	70	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 65,00	R\$ 4.550,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 65,00	R\$ 4.550,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 60,00	R\$ 4.200,00	R\$ 60,00	R\$ 4.200,00
8	Per Toco Corrida - Manoplas (em couro com enchimento de borracha)	50	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 140,00	R\$ 7.000,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 135,00	R\$ 6.750,00	R\$ 135,00	R\$ 6.750,00
9	Aparador de Chute Final Per - Escudo (em couro com enchimento de borracha)	30	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 290,00	R\$ 8.700,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 290,00	R\$ 8.670,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 270,00	R\$ 8.100,00	R\$ 270,00	R\$ 8.100,00
10	Capacete com Grivo (confecionado em acouaro com enchimento de borracha e griva de plástico)	50	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 165,00	R\$ 8.250,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 165,00	R\$ 8.250,00	R\$ 165,00	R\$ 8.250,00
11	Protetor de Tórax para Tenis - Coletes (em acouaro com enchimento de borracha)	60	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 170,00	R\$ 10.200,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 165,00	R\$ 9.900,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 160,00	R\$ 9.600,00	R\$ 160,00	R\$ 9.600,00
12	Coque Final - Proteções Dentais (em polipropileno revestido com vax)	120	JUQUÍ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.178.001/0001-24 TEL: (11) 2257-2409	R\$ 45,00	R\$ 5.400,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ERELU CNPJ: 04.995.044/0001-60 TEL: (11) 3892-4911	R\$ 44,00	R\$ 5.280,00	TCHATCHAEL LTDA CNPJ: 45.378.655/0001-50 TEL: (11) 8728-4270	R\$ 40,00	R\$ 4.800,00	R\$ 40,00	R\$ 4.800,00

13	Saco de Peneira, 1,00m	3	JULIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 02.176.0016/001-24 TEL: (11) 2267-2408	R\$ 690,00	R\$ 2.070,00	PUNCH INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAS ESPORTIVAS ESTRELU CNPJ: 04.588.044/0001-40 TEL: (11) 2692-4911	R\$ 329,00	R\$ 977,00	TOCHATEL LTDA CNPJ: 49.979.655/0001-40 TEL: (11) 8726-4276	R\$ 240,00	R\$ 720,00	R\$ 240,00	R\$ 720,00
VALOR TOTAL UNITARIO COTADO				R\$	112.200,00	R\$	198.024,00	R\$	162.860,00	R\$	162.860,00	R\$	162.860,00

Materia	Especificação do Material	QUANT.	EMPRESA 1		EMPRESA 2		EMPRESA 3		MENOR VALOR COTADO				
			Nome	Valor Unitário	Valor Total	Nome	Valor Unitário	Valor Total	Nome	Valor Unitário	Valor Total		
1	Cartão-lâmina específico dentro das normas e pedidas para largura em 7m. Tel. Amarelo vertical com logo do projeto	240	NO CARBETAS LTDA CNPJ: 17.203.732/0001-49 TEL: (11) 2892-0231	R\$ 80,00	R\$ 19.200,00	IS BINTERLAK COMERCIO DE BENS LTDA CNPJ: 11.319.028/0001-44 TEL: (11) 5625-4832	R\$ 80,00	R\$ 19.200,00	CREAM ARTES COMERCIO DE DOUÇURAS LTDA CNPJ: 06.487.838/0001-40 TEL: (11) 2256-0035	R\$ 85,00	R\$ 20.400,00	R\$ 80,00	R\$ 19.200,00
2	Faixa-ôsm em algodão com logo do projeto, dentro das normas e pedidas para largura e 3m de altura.	240	NO CARBETAS LTDA CNPJ: 17.203.732/0001-49 TEL: (11) 2892-0231	R\$ 20,00	R\$ 4.800,00	IS BINTERLAK COMERCIO DE BENS LTDA CNPJ: 11.319.028/0001-44 TEL: (11) 5625-4832	R\$ 20,00	R\$ 4.800,00	CREAM ARTES COMERCIO DE DOUÇURAS LTDA CNPJ: 06.487.838/0001-40 TEL: (11) 2256-0035	R\$ 42,00	R\$ 10.080,00	R\$ 30,00	R\$ 7.200,00
3	Cartolina Pindamon, gola redonda com estampas e logotipo para os estapas (240 cartolinhas)	240	NO CARBETAS LTDA CNPJ: 17.203.732/0001-49 TEL: (11) 2892-0231	R\$ 45,00	R\$ 10.800,00	IS BINTERLAK COMERCIO DE BENS LTDA CNPJ: 11.319.028/0001-44 TEL: (11) 5625-4832	R\$ 45,00	R\$ 10.800,00	CREAM ARTES COMERCIO DE DOUÇURAS LTDA CNPJ: 06.487.838/0001-40 TEL: (11) 2256-0035	R\$ 55,00	R\$ 13.200,00	R\$ 45,00	R\$ 10.800,00
VALOR TOTAL UNITARIO COTADO				R\$	38.400,00	R\$	38.400,00	R\$	41.880,00	R\$	38.400,00	R\$	38.400,00

Materia	Especificação do Material	QUANT.	EMPRESA 1		EMPRESA 2		EMPRESA 3		MENOR VALOR COTADO				
			Nome	Valor Unitário	Valor Total	Nome	Valor Unitário	Valor Total	Nome	Valor Unitário	Valor Total		
1	Barras 2x1cm - Vendas com impressão digital colorida com logo do projeto.	2	BOXX INDUSTRIA DE BARRAS E ETIQUETAS LTDA CNPJ: 02.768.215/0001-42 (11) 84188-2020	R\$ 330,00	R\$ 660,00	BREXHO NO PAPEL COMERCIO LTDA CNPJ: 13.132.708/0001-49 TEL: (11) 5625-4155	R\$ 300,00	R\$ 600,00	RISSON - SONORIO COMO ESTUDIO DE GRAVACAO E COMERCIO VISUAL LTDA CNPJ: 07.980.887/0001-00 TEL: (11) 88724-4778	R\$ 330,00	R\$ 660,00	R\$ 300,00	R\$ 600,00
VALOR TOTAL UNITARIO COTADO				R\$	660,00	R\$	600,00	R\$	660,00	R\$	660,00	R\$	600,00

Assinatura do Responsável Técnico



POTIAL (VALOR GLOBAL) R\$ 300.000,00